

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2015
(Do Sr. Vitor Valim)

Solicita informações ao Ministro de Estado da Previdência Social sobre o Regimento Próprio da Previdência Social, no Estado do Ceará.

Senhor Presidente:

Requeiro a V.Ex^a, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Senhor Secretário de Políticas de Previdência Complementar, vinculado ao Ministério de Estado da Previdência Social, sobre o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, no Estado do Ceará.

- Quais são as Prefeituras no Estado do Ceará que possuem Regime Próprio da Previdência Social?
- Quais são os segmentos passíveis de aplicação de recursos por parte dos RPPS?

Além de respostas a esses questionamentos solicito também as seguintes informações:

- Demonstrativos separados por prefeituras dos respectivos fundos de investimentos do RPPS;
- Apresentação de tabela de aplicação por tipo de fundo com os respectivos percentuais separados por Prefeitura;
- Demonstrativo das aplicações e investimentos por Prefeitura.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal permite que cada ente federativo crie um sistema próprio de proteção previdenciária para seus servidores efetivos. Além da União, portanto, cada Estado e Município pode organizar seu Regime Próprio de Previdência Social.

Durante a década de 1990, houve a proliferação de Regimes Próprios estruturados sem quaisquer bases normativas e estudos atuariais. Prefeitos e governadores aproveitavam-se do permissivo constitucional para deixar de contribuir com o Regime Geral de Previdência Social e criar suas próprias regras, estipulando benesses com fins unicamente eleitoreiros. Alguns Regimes Próprios previam auxílio-paletó, dote para casamento, auxílio-creche, empréstimos sem juros e, inclusive, tratamentos de saúde de alta complexidade.

Com a promulgação da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, uma maior regulamentação dos Regimes Próprios de Previdência Social foi estabelecida. Se em um primeiro momento tal regulamentação foi recebida com desconfiança e agressivas reações por parte dos servidores dos entes federados, hoje esses mesmos servidores se apoiam nesse marco institucional como garantia da viabilidade do regime previdenciário a que estão vinculados.

É exatamente com o objetivo de garantir a proteção previdenciária dos milhares de servidores municipais do país que realizo este Requerimento de Informação. É necessário verificar quais são as Prefeituras que possuem Regime Próprio da Previdência e analisar os demonstrativos separados por prefeituras dos respectivos fundos de investimentos do RPPS, conhecer quais as empresas de consultorias atuariais de cada Prefeitura, analisar quais são os segmentos passíveis de aplicação de recursos por parte dos RPPS com enfoque nos segmentos de “Renda Fixa” e “Renda Variável” e quais são as alternativas de aplicação de recursos e seus limites máximos.

Assim, considerando ser atribuição constitucional desta Casa a fiscalização da correta operacionalização da legislação federal, solicito o apoio dos ilustres pares na aprovação deste Requerimento de Informação para verificar a regularidade da concessão, pelo MPS, de CRP nos Município do Ceará.

Ante o exposto, aguardo as informações requeridas, com vistas a subsidiar o exercício do mandato parlamentar.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado VITOR VALIM